



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 638674 - MG (2021/0001521-3)

RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ
IMPETRANTE : MARCOS PHILIP FERNANDES DOS SANTOS
ADVOGADO : MARCOS PHILIP FERNANDES DOS SANTOS - MG188685
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
PACIENTE : GLAYDSTON ALVES COSTA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de GLAYDSTON ALVES COSTA em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS (1.0000.21.000556-7/000).

O paciente foi preso preventivamente pela suposta prática do crime previsto no art. 157, § 2º, II, do Código Penal.

O impetrante sustenta que a prisão em flagrante foi convertida em prisão preventiva mesmo após o Ministério Público ter se manifestado de forma contrária à prisão preventiva. Afirma que a decisão do Juízo da primeira instância deve ser precedida do necessário e prévio requerimento do Ministério Público ou representação da autoridade policial.

Requer a concessão da ordem, liminarmente, para determinar o relaxamento da prisão do paciente, tendo em vista a sua manifesta ilegalidade, por violação aos arts. 282, § 2º, e 311, ambos do CPP.

Subsidiariamente, pede a revogação da prisão preventiva do acusado, determinando a sua substituição por medidas cautelares da prisão, em especial a monitoração eletrônica e a proibição de ausentar da comarca.

No mérito, pleiteia a concessão da ordem para determinar o relaxamento da prisão do paciente e, subsidiariamente, revogar a prisão preventiva, determinando a sua substituição por medidas cautelares diversas da prisão, prevista no art. 319 do CPP.

É, no essencial, o relatório. Decido.

A matéria não pode ser apreciada pelo Superior Tribunal de Justiça, pois não foi examinada pelo Tribunal de origem, que ainda não julgou o mérito do *writ* originário.

A jurisprudência do STJ firmou-se no sentido de que não cabe *habeas corpus* contra indeferimento de pedido de liminar em outro *writ*, salvo no caso de flagrante ilegalidade, conforme demonstra o seguinte precedente:

AGRAVO REGIMENTAL NO HABEAS CORPUS. EXECUÇÃO PENAL. CUMPRIMENTO DE PENA EM PRISÃO DOMICILIAR. RECOMENDAÇÃO 62/2020 DO CNJ. COVID-19. GRUPO DE RISCO. CRIME VIOLENTO. CONDIÇÃO DE SAÚDE. AUSÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO DE POSSIBILIDADE DE AGRAVAMENTO. RECÁLCULO DA PENA. INOVAÇÃO RECURSAL. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. ILEGALIDADE. AUSÊNCIA. AGRAVO IMPROVIDO.

[...]

3. A matéria relativa ao recálculo da pena para fins de progressão de regime, além de representar indevida inovação recursal, não foi objeto de análise pelo Tribunal de origem, motivo pelo qual esse ponto não poderá ser conhecido por esta Corte Superior, sob pena de indevida supressão de instância.

4. Agravo regimental improvido. (AgRg no HC n. 579.110/SP, relator Ministro Nefi Cordeiro, Sexta Turma, DJe de 14/9/2020.)

Confira-se também a Súmula n. 691 do STF: “Não compete ao Supremo Tribunal Federal conhecer de *habeas corpus* impetrado contra decisão do Relator que, em *habeas corpus* requerido a tribunal superior, indefere a liminar.”

No caso, não visualizo, em juízo sumário, manifesta ilegalidade que autorize o afastamento da aplicação do mencionado verbete.

Ante o exposto, com fundamento no art. 21, XIII, c, c/c o art. 210 do RISTJ, indefiro liminarmente o presente *habeas corpus*.

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 12 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente